

284	Decreto	38.873/1997	Concede prazo especial para recolhimento do ICMS às empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo, relativamente aos fatos geradores ocorridos em janeiro, fevereiro e março de 1997 e concede remissão para os créditos tributários de responsabilidade da Universidade Federal de Lavras, denominada como Escola Superior de Agricultura de Lavras até fevereiro de 1995, e de sua Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE, pela importação de produtos destinados a ensino e pesquisa constantes de determinadas Declarações de Importação.	art. 13 e 14	30/06/1997	30/06/1997	
285	Decreto	38.948/1997	Concede anistia para multas e juros moratórios relacionados ao crédito tributário decorrente de operações de exportação ferro fundido bruto (ferro gusa) e ferroligas classificadas, respectivamente, nas posições 7201 e 7202 da NBM/SH, minérios e seus concentrados e aglomerados classificados nas posições 2502 a 2512, 2601 a 2615 e 2617 da NBM/SH e silício metálico classificado na posição 2804.6 da NBM/SH.	art. 1º	26/07/1997	26/07/1997	
286	Decreto	39.415/1998	Concede anistia para os juros moratórios e para as multas relativas ao crédito tributário devido pela saída de programa para computador ("software"), destinado a comercialização, cujo fato gerador tenha ocorrido no período de 04/03/1997 a 31/12/1997 e concede parcelamento para o pagamento do imposto referente a esse crédito tributário.	art. 13	03/02/1998	03/02/1998	
287	Decreto	39.447/1998	Concede moratória e remissão de crédito tributário relativo à importação de produtos destinados a contribuinte mineiro, via estabelecimento situado em outro Estado.	art. 1º	27/02/1998	27/02/1998	
288	Decreto	39.473/1998	Concede remissão para os créditos tributários constantes de Termo de Ocorrência, Termo de Apreensão, Depósito e Ocorrência ou Auto de Infração com valor de até R\$ 300,00 e concede remissão e anistia para o crédito tributário decorrente de emissão de nota fiscal após a data limite para sua utilização.	art. 14 e 15	07/03/1998	07/03/1998	
289	Decreto	39.602/1998	Concede remissão aos créditos tributários constantes dos PTA nº 16.6855-31, 16.8382-64, 16.8397-41, 16.8402-26, 16.8398-21, 16.8399-02, 16.8400-64 e 16.8401-45, de responsabilidade do SENAI - DR/MG, pela importação de máquinas, aparelhos e equipamentos, em versão didática, destinados às atividades de pesquisa, ensino e aprendizagem de caráter industrial e concede anistia para o pagamento das multas e juros, relativos ao ICMS devido pelas saídas de peças de argamassa armada destinadas à edificação dos Centros de Atenção Integral à Criança constantes do PTA nº 01.000010613-71.	art. 14 e 15	20/05/1998	20/05/1998	
290	Decreto	39.930/1998	Concede parcelamento de crédito tributário e concede anistia para multas de mora e isolada de responsabilidade de cooperativas.	art. 1º e 3º	29/09/1998	29/09/1998	
291	Decreto	40.059/1998	Concede remissão para os créditos tributários decorrentes de importação, realizada pelo SENAI, de máquinas, equipamentos e materiais, para utilização na montagem e estruturação do Centro Tecnológico "Marcelino Corradi", recebidos em doação do Governo do Japão, e concede remissão para os créditos tributários de responsabilidade da COMIG, referentes à saída, em operação interna, no período de 01/08/1998, de 10 (dez) rolos compactadores autopropeledidos, classificados na NBM/SH sob o nº 84.29.40.00, destinados a integrar o patrimônio do Estado.	art. 19 e 20	19/11/1998	19/11/1998	
292	Decreto	40.123/1998	Promove, por meio do Programa de Apoio Financeiro ao Desenvolvimento de Empresas de Base Tecnológica - FUNDESE-BASE TECNOLÓGICA, financiamento às micro, pequenas e médias empresas de base tecnológica, localizadas no Estado de Minas Gerais, através de financiamento de investimentos fixos e de capital de giro associado aos investimentos fixos com recursos do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE.	art. 1º, 5º e 6º	05/12/1998	15/12/1998	
293	Decreto	40.455/1999	Concede redução do valor das multas e juros moratórios, parcelamento, anistia e remissão para pagamento de créditos tributários.	art. 1º, 2º, 12, 17 e 18	02/07/1999	02/07/1999	
294	Decreto	40.593/1999	Concede remissão para os créditos tributários de responsabilidade das Universidades Federais de Viçosa e de Lavras e de suas fundações, decorrentes de importações por elas realizadas de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, bem como de suas partes e peças de reposição e acessórios, destinados a atividades de ensino e de pesquisa científica ou tecnológica.	art. 14	14/09/1999	14/09/1999	
295	Decreto	40.848/1999	Promove, por meio do Programa de Apoio à Implantação de Empreendimentos Industriais Estratégicos - PROE-Indústria, o estímulo e o fomento a novos projetos estratégicos e estruturantes do parque industrial mineiro, através de financiamento de capital de giro com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST.	art. 1º	30/12/1999	30/12/1999	
296	Decreto	41.021/2000	Promove, por meio do Programa de Apoio às Empresas de Eletrônica, Informática e de Telecomunicações - FUNDIEST/PROE-ELETRÔNICA, o desenvolvimento e a consolidação de pólos de eletrônica, informática e telecomunicações no Estado, através de financiamento do capital de giro a empresas desses setores com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST.	art. 1º	25/04/2000	25/04/2000	
297	Decreto	41.370/2000	Concede remissão para o crédito tributário relativo ao imposto diferido e não recolhido, bem como ao não estorno de créditos, em virtude das operações de que trata o item 110 do Anexo I do RICMS.	art. 7º	21/11/2000	21/11/2000	
298	Decreto	41.417/2000	Autoriza o Secretário de Estado da Fazenda a celebrar transação para extinguir litígios judiciais de natureza tributária.	art. 1º	07/12/2000	07/12/2000	
299	Decreto	41.418/2000	Concede redução de multas para o pagamento de crédito tributário e concede parcelamento para o pagamento de crédito tributário de responsabilidade de cooperativa.	art. 1º e 5º	07/12/2000	07/12/2000	
300	Decreto	41.426/2000	Concede redução da taxa de juros moratórios sobre os débitos decorrentes do não-recolhimento de tributo e multa.	art. 1º	08/12/2000	08/12/2000	
301	Decreto	41.550/2001	Convalida benefícios fiscais previstos em regimes especiais, termos de acordo e despachos concessórios.	art. 2º	21/02/2001	21/02/2001	
302	Decreto	41.861/2001	Convalida os procedimentos relativos à saída de mercadoria destinada à ampliação ou reforma de imóveis de uso de Missão Diplomática, Repartição Consular e Representação de Organismo Internacional, convalida os procedimentos adotados pelas refinarias de petróleo ou suas bases, concede remissão aos créditos tributários de responsabilidade da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) e da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá (FAPEPE), concede remissão aos créditos tributários de responsabilidade da UHE - Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava e concede remissão aos créditos tributários relacionados com a prestação onerosa de serviço de comunicação, na modalidade de acesso à Internet.	art. 10, 11, 12, 14 e 15	13/09/2001	13/09/2001	
303	Decreto	41.910/2001	Cria o Programa Emergencial de Apoio Financeiro a Empresas e Cooperativas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha - FUNDESE/APOIAR -, com o objetivo de conceder financiamentos a microempresas, empresas de pequeno e médio portes e cooperativas, localizadas em municípios das regiões do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.	art. 1º	13/09/2001	13/09/2001	
304	Decreto	42.083/2001	Concede anistia em relação às multas de mora, de revalidação e isolada, concede remissão em relação aos juros e concede parcelamento para o pagamento de crédito tributário de responsabilidade de cooperativa.	art. 1º	15/11/2001	15/11/2001	
305	Decreto	42.124/2001	Concede redução nos valores das multas e dos juros para pagamento de crédito tributário que poderá, inclusive, ser pago de forma parcelada, e concede remissão de 75% para pagamento de crédito tributário relativo às operações de exportação de produtos considerados semi-elaborados.	art. 1º e 4º	29/11/2001	29/11/2001	
306	Decreto	43.080/2002	Fica criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior - PRO-CONFINS -, com o objetivo de consolidar o Estado como pólo de desenvolvimento e de negócios relacionados ao comércio exterior, mediante o aproveitamento da infra-estrutura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.	art. 2º e 4º	11/01/2000	11/01/2000	
307	Decreto	43.080/2002	Não incidência na prestação de serviço de transporte relacionado com operação com livro, jornal ou periódico, impressos em papel ou apresentados em mídia eletrônica, ou com o papel destinado à sua impressão, alcançada por imunidade.	art. 5º, VI	14/12/2002	15/12/2002	Conforme redação original e alterações promovidas pelos Decretos: Dec. nº 43.785, de 15/04/2004 Dec. nº 44.258, de 15/03/2006 Dec. nº 46.169, de 27/02/2013 Dec. nº 46.339, de 25/10/2013
308	Decreto	43.080/2002	Não incidência na saída de mercadoria com destino a armazém-geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no Estado, para guarda em nome do remetente.	art. 5º, X	14/12/2002	15/12/2002	
309	Decreto	43.080/2002	Não incidência a saída de mercadoria, em retorno ao estabelecimento depositante, promovida por armazém-geral ou por depósito fechado do próprio contribuinte, no Estado.	art. 5º, XI	14/12/2002	15/12/2002	
310	Decreto	43.080/2002	Não incidência na saída de concreto cimento ou asfáltico destinado a obra de construção civil promovida por quem a executa por administração, empreitada ou subempreitada e detenha a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ainda que preparado fora do local da obra.	art. 5º, XX	14/12/2002	15/12/2002	Conforme alteração promovida pelo do Dec. nº 46.368, de 10/12/2013
311	Decreto	43.080/2002	Diferimento do ICMS nas operações e prestações sujeitas ao imposto, mediante regime especial concedido pelo Superintendente de Tributação.	art. 8º	14/12/2002	15/12/2002	Conforme redação original e alteração promovida pelo do Dec. nº 46.980, de 12/04/2016
312	Decreto	43.080/2002	Diferimento do ICMS correspondente à entrada de máquina, equipamento, peça, parte e acessório destinados à composição do ativo imobilizado do estabelecimento, inclusive quanto ao diferencial de alíquotas na hipótese de entrada decorrente de operação interestadual.	art. 9º, § 1º	11/12/2013	11/12/2013	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 46.368, de 10/12/2013
313	Decreto	43.080/2002	Suspensão da incidência do imposto, autorizada mediante regime especial concedido pelo Superintendente de Tributação (SUTRI), na operação interna	art. 19	01/06/2007	23/07/2007	Conforme alterações promovidas pelos Decretos: Dec. nº 44.573, de 23/07/2007 Dec. nº 47.194, de 26/05/2017
314	Decreto	43.080/2002	Alíquota de 7% (sete por cento) nas operações com mel, própolis, geleia real, cera de abelha, pólen, apitoxina, extrato de própolis alcoólico ou glicólico e demais produtos industrializados que contenham em sua composição esses produtos, isolados ou combinados, em proporção igual ou superior a 50% (cinquenta por cento)	art. 42, I, "d.3"	08/07/2017	01/07/2017	Conforme alteração promovida pelo do Dec. nº 47.216, de 7/07/2017
315	Decreto	43.080/2002	Alíquota de 7% (sete por cento) nas operações com energia elétrica destinada a produtor rural e utilizada na atividade de irrigação no período noturno, nos termos definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	art. 42, I, "d.4"	15/03/2008	27/03/2008	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 44.754, de 14/03/2008
316	Decreto	43.080/2002	Alíquota de 7% (sete por cento) nas operações com solução parenteral classificada na subposição 3004.90.99 da NBM/SH, promovidas pelo estabelecimento industrial fabricante	art. 42, I, "d.5"	15/03/2008	27/03/2008	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 44.754, de 14/03/2008
317	Decreto	43.080/2002	Alíquota de 7% (sete por cento) nas operações com bucha vegetal in natura	art. 42, I, "d.6"	15/03/2008	27/03/2008	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 44.754, de 14/03/2008
318	Decreto	43.080/2002	Alíquota de 7% (sete por cento) nas operações com produtos alimentícios fornecidos a órgãos da Administração Pública, destinados à merenda escolar, identificados em edital de licitação pública	art. 42, I, "d.7"	15/03/2008	27/03/2008	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 44.754, de 14/03/2008
319	Decreto	43.080/2002	Alíquota de 6% (seis por cento) Nas operações com energia elétrica destinada às instituições públicas de ensino superior e a hospitais públicos universitários mantidos por instituições federais e estaduais de ensino superior	art. 42, § 18	15/03/2008	27/03/2008	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 44.754, de 14/03/2008
320	Decreto	43.080/2002	III - para até o dia 9 (nove) do terceiro mês subsequente ao da entrada da mercadoria, na hipótese do art. 14 desta Parte e em se tratando de central de distribuição ou distribuidor de medicamentos, exceto o distribuidor hospitalar.	art. 46, § 3º, III	30/10/2014	01/12/2014	Redação dada pelo art. 2º e vigência estabelecida pelo art. 5º, I, ambos do Dec. nº 46.643, de 30/10/2014.
321	Decreto	43.080/2002	Abatimento, sob a forma de crédito, do imposto incidente nas operações ou nas prestações realizadas no período, desde que a elas vinculadas, o valor do ICMS correspondente a combustível, lubrificante, pneus, câmaras-de-ar de reposição ou de material de limpeza, adquiridos por prestadora de serviços de transporte e estritamente necessários à prestação do serviço, limitado ao mesmo percentual correspondente, no faturamento da empresa, ao valor das prestações alcançadas pelo imposto e restrito às mercadorias empregadas ou utilizadas exclusivamente em veículos próprios.	art. 66, VIII	14/12/2002	15/12/2002	
322	Decreto	43.080/2002	Abatimento, sob a forma de crédito, do imposto incidente nas operações ou nas prestações realizadas no período, desde que a elas vinculadas, o valor do ICMS correspondente a defensivo agrícola, adquirido por produtor rural, para uso na agricultura	art. 66, IX	14/12/2002	15/12/2002	
323	Decreto	43.080/2002	Suspensão da apropriação do crédito relativo a bem do ativo imobilizado e da contagem do prazo de 48 meses nos períodos em que não ocorrerem saídas de mercadorias nem prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação	art. 66, § 3º, VII	05/04/2013	01/05/2013	Conforme redação dada pelo Dec. nº 46.207, de 04/04/2013 e alteração promovida pelo Dec. nº 46.707, de 30/12/2014
324	Decreto	43.080/2002	Suspensão da apropriação do crédito relativo a bem do ativo imobilizado e da contagem do prazo de 48 meses na hipótese de aquisição de bem cuja entrada tenha ocorrido a partir de 1º de maio de 2013 em estabelecimento em fase de instalação, caso em que a primeira fração será apropriada no primeiro mês em que forem realizadas operações de saída de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação	art. 66, § 3º, XI	31/12/2014	21/12/2013	Conforme redação dada pelo Dec. nº 46.707, de 30/12/2014
325	Decreto	43.080/2002	Abatimento, sob a forma de crédito, do imposto incidente nas operações com energia elétrica que for consumida como insumo energético em atividade de mineração, em beneficiamento não industrial ou acondicionamento não industrial realizados em atividade complementar à produção primária	art. 66, § 4º, IV	21/12/2013	21/12/2013	Conforme redação dada pelo Dec. nº 46.375, de 20/12/2013
326	Decreto	43.080/2002	Abatimento, sob a forma de crédito, do imposto incidente nas operações com partes e peças empregadas em bem do ativo imobilizado de propriedade de terceiro e que se encontre na posse do contribuinte.	art. 66, § 7º	30/06/2005	30/06/2005	Conforme redação dada pelo Dec. nº 44.060, de 29/06/2005
327	Decreto	43.080/2002	Sistema simplificado de escrituração e apuração do ICMS ao estabelecimento que promova operação contratada no âmbito do comércio eletrônico ou telemarketing, signatário de protocolo firmado com o Estado, em substituição aos créditos do imposto decorrentes de entrada de mercadorias ou bens ou de utilização de serviços, observada a forma, o prazo e as condições definidas em regime especial autorizado pelo Diretor da Superintendência de Tributação (SUTRI)	art. 66, § 9º	14/01/2006	14/01/2006	Conforme redação dada pelo Dec. nº 44.206, de 13/01/2006 e alterações promovidas pelos Decretos nº 44.441, de 25/01/2007 e nº 46.022, de 16/08/2012
328	Decreto	43.080/2002	Suspensão da apropriação do crédito relativo a bem do ativo imobilizado cuja entrada no estabelecimento que se encontre em fase de instalação tenha ocorrido no período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2013, hipótese em que as frações que em 1º de maio de 2013 restarem para completar 48 (quarenta e oito) meses, contados de sua entrada, poderão ser apropriadas a partir do primeiro período de apuração em que forem realizadas operações de saída de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação	art. 66, § 19	31/12/2014	21/12/2013	Conforme redação dada pelo Dec. nº 46.707, de 30/12/2014
329	Decreto	43.080/2002	Sistema de compensação tributária que anule a distorção financeira concorrencial provocada pelo estorno de crédito na aquisição de produto com carga tributária superior à devida na saída imediatamente subsequente com o mesmo produto, concedido mediante regime especial da Superintendência de Tributação	art. 69-A	15/03/2008	28/12/2007	Conforme redação dada pelo Dec. 44.754, de 14/03/2008 e alteração promovida pelo Dec. nº 46.022, de 16/08/2012
330	Decreto	43.080/2002	Sistema de compensação que reduza ou neutralize a carga tributária ao contribuinte distribuidor, atacadista ou titular de distribuição que promova operação subsequente com mercadorias destinadas a estabelecimento de mesma titularidade ou de outros contribuintes, concedido mediante regime especial da Superintendência de Tributação	art. 69-B	28/12/2013	28/12/2013	Conforme redação dada pelo Dec. nº 46.399, de 27/12/2013
331	Decreto	43.080/2002	Redução até 0% (zero por cento) da carga tributária na importação ou na aquisição, em operação interna ou interestadual, relativamente à parcela do imposto resultante da diferença de alíquota, de bens de uso ou consumo e de bens considerados pela legislação tributária como alheios à sua atividade, de contribuinte que produza matéria-prima para a indústria de fertilizantes no Estado, concedida mediante regime especial da Superintendência de Tributação	art. 69-C	10/01/2013	10/01/2013	Conforme redação dada pelo Dec. nº 46.131, de 09/01/2013
332	Decreto	43.080/2002	§ 3º Não se estornam créditos referentes a bens ou mercadorias e aos serviços a eles vinculados: II - adquiridos ou recebidos por estabelecimento fabricante de lubrificantes e integrados ou consumidos na industrialização de lubrificantes que venham a ser objeto de operação interestadual para o fim de comercialização ou industrialização;	art. 71, § 3º	14/12/2012	15/12/2012	
333	Decreto	43.080/2002	I - ao estabelecimento que adquirir, em operação interestadual, os produtos beneficiados com a redução da base de cálculo prevista nos itens 2, 4 e 8 da Parte 1 do Anexo IV, estando a operação interna beneficiada com o diferimento e ocorrendo a hipótese prevista no inciso III do caput do art. 12 deste Regulamento, de valor equivalente ao da parcela reduzida;	art. 75, I	26/06/2017	01/08/2017	Redação dada pelo art. 1º e vigência estabelecida pelo art. 12, II, ambos do Dec. nº 47.207, de 26/06/2017.
334	Decreto	43.080/2002	Crédito presumido ao estabelecimento que promover a saída de peixes, inclusive alevinos, o processamento de pescado ou o abate ou o processamento de aves, de gado bovino, equídeo, bufalino, caprino, ovinu ou suíno, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 0,1 % (um décimo por cento)	art. 75, IV	10/01/2013	10/01/2013	Conforme redação dada pelo do Dec. nº 46.131, de 09/01/2013